

Casos famosos de Lavagem de Dinheiro

Casos de repercussão nacional

No Brasil existem varias quadrilhas especializadas em crimes de lavagem de dinheiro, sendo investigadas ou procuradas pelas autoridades, com métodos cada vez mais sofisticados de lavar recursos e usar no mercado nacional sem maiores problemas. Existem casos que ficaram famosos, divulgados pelos meios de comunicação dentro e fora do país.

Caso Juiz Lalau



O juiz Nicolau dos Santos Neto, o Lalau, foi condenado a 26 anos de prisão por desviar R\$ 196 milhões durante a construção da sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, Usou nome fantasma de assessor político para transferir o dinheiro ao exterior, criado pelos grupos que articulavam o esquema.

O mesmo nome foi usado na transação do Deputado Osmar Borges que auxiliou a mandar para o exterior pelo menos R\$ 110 milhões, que teriam que ser usados para projetos agropecuários financiados pela Superintendência da Amazônia (Sudam).

O juiz Nicolau dos Santos Neto, depois de condenado de prisão por lavagem de dinheiro entre outros crimes, passou um tempo na cadeia, acabou sendo solto por alegar sofrer de depressão, mas voltou para prisão em julho de 2007. No caso do Banco Nacional, onze diretores, inclusive pessoas que eram controladores do banco, foram condenados a prisão, mas tiveram a pena revertida em prestação de serviços à comunidade.

Caso Paulo Maluf



O atual Deputado Federal (PP-SP) Paulo Salim Maluf foi condenado pela 11ª Câmara do Tribunal Criminal de Paris a três anos de prisão pelo crime de lavagem de dinheiro em território francês entre os anos de 1996 e 2005. De acordo com a sentença, proferida no fim do ano passado e informada à Procuradoria Geral da República recentemente, a lavagem foi fruto de corrupção e desvio de dinheiro público no Brasil.

Entre as obras suspeitas está a construção da Avenida Água Espraiada, atual Avenida Jornalista Roberto Marinho na cidade de São Paulo. Ele é acusado do crime de corrupção passiva e crimes contra o sistema financeiro. A suspeita é que o prejuízo aos cofres públicos tenha seja de US\$ 1 bilhão.

Segundo o Ministério Público Federal, o dinheiro desviado teria sido entregue a um doleiro que fez remessas para uma conta de um banco em Nova York, nos Estados Unidos. De lá, os recursos teriam sido enviados para contas em paraísos fiscais.

Paulo Maluf continua em liberdade e o caso ainda em processo.

Caso Abadia



Juan Carlos Ramírez Abadía, um megatraficante colombiano de drogas, considerado pelo FBI como o segundo homem mais perigoso do mundo, acusado de mais de trezentos assassinatos na América Latina e quinze nos Estados Unidos. É acusado também de lavagem de dinheiro, uso de documento falso, formação de quadrilha e corrupção ativa.

A Operação Farrapos, em 07/08/2007, sob o comando da Polícia Federal (PF) prendeu Ramírez na Grande São Paulo, num condomínio fechado em Aldeia da Serra. Em sua casa foram apreendidas uma coleção de relógios de grife e uma grande quantia de dinheiro. Abadia foi levado para a sede da Polícia Federal, acusado de formar quadrilha com José Reinaldo Girotti, João Paulo Barbosa e Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, também detentos do estabelecimento penal.

Segundo a investigação, eles reuniram-se para promover extorsões mediante sequestro para facilitar a fuga de companheiros de outros presídios. Ramírez era procurado pela agência norte-americana de controle de tráfico e lavagem de dinheiro. O governo dos EUA oferecia a recompensa de 5 milhões de dólares pela captura do traficante, não reclamado pela PF, uma vez que o combate ao narcotráfico e à lavagem de dinheiro é uma atribuição constitucional da Polícia Federal, e logo, não pode estar atrelada a interesses financeiros.

A quadrilha montada pelo colombiano ainda tinha a intenção de criar uma empresa de táxi aéreo no Aeroporto do Campo de Marte, na zona norte de São Paulo. O objetivo era facilitar o transporte de valores e de integrantes do grupo, evitando a fiscalização dos grandes aeroportos. Em 13 de março de 2008, o STF brasileiro concedeu a extradição de Abadía para os Estados Unidos, onde ele responde a 15 processos. No dia 01º de abril de 2008 ele foi condenado a 30 anos de prisão, acusado por formação de quadrilha, por ser um foragido da polícia americana, lavagem de dinheiro do tráfico e falsidade ideológica.

Casos de repercussão internacional

Tom DeLay



Em outubro de 2005, um município do Texas acusou o deputado Tom DeLay de lavagem de dinheiro e de conspiração para violar leis eleitorais. A acusação de conspiração foi arquivada mais tarde, e desde maio de 2006 o caso aguarda a data para o julgamento.

No Texas, candidatos a deputado não podem receber doações de empresas para a campanha, proposta que tem sido discutido pelo Congresso Nacional no Brasil.

A promotoria alega que DeLay participou de um suposto esquema para violar esta lei e esconder as origens corporativas do dinheiro que acabou nas mãos de candidatos republicanos no Texas.

O suposto esquema de lavagem envolvia o envio de doações de empresas do Texas para a sede do Comitê Nacional Republicano em Washington, que mandava o dinheiro de volta para o Texas para ser usado na campanha. Dois assessores de DeLay e seu principal contribuinte de campanha já confessaram serem culpados em dois inquéritos separados para crimes de conspiração; de fraude fiscal, de correspondência, de transferência bancária e de corrupção de funcionários públicos.

Franklin Jurado



Caso de Franklin Jurado (EUA, 1990-1996) ilustra o que seria um ciclo clássico de lavagem de dinheiro. Economista colombiano formado em Harvard, Jurado coordenou a lavagem de cerca de US\$ 36 milhões em lucros obtidos por José Santacruz Londono com o comércio ilegal de drogas.

O depósito inicial foi feito no Panamá. Durante um período de três anos, Jurado transferiu dólares de bancos panamenhos para mais de 100 contas diferentes em 68 bancos de nove países, mantendo os saldos abaixo de US\$10 mil para evitar investigações.

Os fundos foram novamente transferidos, dessa vez para contas na Europa, de maneira a obscurecer a nacionalidade dos correntistas originais, e, então, transferidos para empresas de fachada.

Finalmente, os fundos votaram à Colômbia por meio de investimentos feitos por companhias europeias em negócios legítimos, como restaurantes, construtoras e laboratórios farmacêuticos, que não levantariam suspeitas.

O esquema foi interrompido com a falência de um banco em Mônaco, quando várias contas ligadas a Jurado foram expostas. Fortalecida por leis anti-lavagem, a polícia começou a investigar o caso e Jurado foi preso.